

CARGO

PROCURADOR GERAL

CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 40 (quarenta) itens, ordenados de 1 a 40, com alternativas de A a E; sendo que apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.

2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.

3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.

MARQUE ASSIM



NÃO MARQUE ASSIM



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação.

5. No momento da identificação, o(a) candidato(a) deverá escrever, no espaço apropriado do cartão-resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Pedofilia é crime, denuncie.

6. O tempo máximo de duração da prova é de 3 (três) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta, contadas a partir da autorização dada pelo Fiscal de Sala.

7. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.

8. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

9. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, 15 minutos antes do término da prova.

10. O não cumprimento a qualquer uma das instruções deste caderno e do edital nº 01/2015 poderá implicar na anulação da sua prova.

11. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.

12. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site www.ibeg.org.br.

Desejamos sucesso!
Coordenação Geral do Concurso Público

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto seguinte para responder às questões de 01 a 06.

Texto 1- Orquestra Jovem promove inclusão de jovens carentes de Uruaçu, GO

Um projeto que leva a música até jovens carentes de Uruaçu, no norte de Goiás, está promovendo a inclusão social. A Orquestra Jovem da cidade, composta por adolescentes entre 12 e 17 anos, é gratuita e faz parte de um programa da Secretaria de Desenvolvimento Social do município há três anos.

O professor Gustavo Prates explica que a ideia vai além da música. “O objetivo da orquestra vai além de ser apenas uma orquestra. É resgatar a sociedade. Tirar os adolescentes do não fazer para um fazer.”

A maioria dos jovens nunca teve contato com instrumentos musicais até entrar na orquestra. “Hoje, aqui em Uruaçu, eu sou praticamente o único que toca violoncelo. Comecei apenas como uma ideia à toa, pra passar o tempo, e hoje estou em uma orquestra”, disse Thiago Maia.

A atividade mexe até com o lado comportamental. A aluna Bruna Almeida se considerava uma garota tímida, de poucos amigos. Depois que entrou para o grupo, se considera outra pessoa. “Mudei a criatividade, a vida social, até a minha comunicação com os outros mudou.” comenta a jovem.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/06/orquestra-jovem-promove-inclusao-de-jovens-carentes-de-uruacu-go.html>>. Acesso em: 16 nov. 2015, fragmento, com adaptações.

QUESTÃO 01

Considerando as informações do texto e as relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (a) A Orquestra Jovem promove a inclusão social principalmente por resgatar jovens da marginalidade.
- (b) O projeto, que faz parte de um programa da Secretaria de Desenvolvimento Social do município, oferece gratuitamente a oportunidade de aprender a tocar um instrumento musical a jovens uruaçuenses de 12 e 17 anos.
- (c) Segundo o professor Gustavo Prates, o objetivo da Orquestra Jovem de Uruaçu não se limita a ensinar os jovens a tocar um instrumento.
- (d) Para Thiago Maia, participar do projeto era, a princípio, uma maneira de substituir as atividades que realizava em seu tempo livre pelas aulas de música.
- (e) Bruna Almeida deixou de se considerar uma garota tímida depois que entrou para a orquestra, embora ainda admita que a sua comunicação com os outros tenha melhorado.

QUESTÃO 02

Considerando que, em todo processo de comunicação, a linguagem é expressa de acordo com o interesse do emissor, pode-se concluir que

- (a) a função apelativa prevalece ao longo de todo texto, pois a intenção principal do autor é convencer o leitor a aderir a um projeto social.
- (b) a fala do autor cumpre a função de sensibilizar o leitor por meio de uma abordagem sentimental do assunto, o que justifica a predominância da função referencial.
- (c) a fala do professor Gustavo Prates apresenta traços marcantes da função emotiva ou expressiva que revelam a sua impressão sobre o projeto.
- (d) as falas de Thiago e de Bruna, ao analisarem o projeto baseados em experiências pessoais, colocam em evidência a função emotiva ou expressiva.
- (e) o texto tem três propósitos principais, que são informar, sensibilizar e convencer o leitor, logo nele prevalecem, respectivamente, as funções referencial, emotiva e apelativa.

QUESTÃO 03

Com base nas regras prescritas pela norma padrão sobre a concordância dos verbos e nomes e nas questões gramaticais do período “A Orquestra Jovem da cidade, composta por adolescentes entre 12 e 17 anos, é gratuita e faz parte de um programa da Secretaria de Desenvolvimento Social do município há três anos.”, assinale a alternativa correta.

- (a) Caso julgasse necessário, o autor poderia empregar no singular o vocábulo bastante diante do substantivo “adolescentes”.
- (b) No lugar da construção “entre 12 e 17 anos”, o autor poderia ter empregado a redação entre a idade de 12 e 17 anos.
- (c) Caso julgasse conveniente, o autor poderia substituir o trecho “composta por adolescentes entre 12 e 17 anos” tanto por composta por adolescentes e crianças inseridos na faixa de 12 a 17 anos quanto por composta por adolescentes e crianças inseridas na faixa de 12 a 17 anos.
- (d) Se o sujeito da 2ª oração fosse 1,93 % do grupo assistido, o verbo “faz” deveria ser empregado na 3ª pessoa do plural.
- (e) A oração “há três anos” poderia ser substituída por fazem três anos.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa que, em conformidade com as regras prescritas pela norma padrão sobre a regência e o emprego da vírgula, reproduz integralmente a mensagem do período “A maioria dos jovens nunca teve contato com instrumentos musicais até entrar na orquestra.”.

- (a) Até entrar na orquestra a maioria dos jovens nunca vivenciou a oportunidade de ter contato com instrumentos musicais.
- (b) Antes de participar da orquestra, parte dos jovens jamais teve contato com instrumentos musicais.
- (c) A maioria dos jovens depois, que passou a compor na orquestra, teve contato pela primeira vez com instrumentos musicais.
- (d) A maioria dos jovens nunca teve contato com instrumentos musicais até acessar na orquestra.
- (e) A maioria dos jovens, ao passar a fazer parte da orquestra, teve o primeiro contato com instrumentos musicais.

QUESTÃO 05

Acerca das questões morfosintáticas que envolvem o trecho “Hoje, aqui em Uruaçu, eu sou praticamente o único que toca violoncelo. Comecei apenas como uma ideia à toa, pra passar o tempo, e hoje estou em uma orquestra”, assinale a alternativa correta.

- (a) Todas as orações remetem, explícita ou implicitamente, ao mesmo sujeito.
- (b) A oração “que toca violoncelo” desempenha uma função adjetiva em relação à anterior.
- (c) Os termos “o único” e “em uma orquestra” funcionam como predicativo do sujeito, pois se ligam ao sujeito por meio de um verbo de ligação.
- (d) O termo “violoncelo” é complemento nominal.
- (e) A oração “pra passar o tempo” contém uma explicação para o fato apresentado na anterior por isso se classifica como coordenada sindética explicativa.

QUESTÃO 06

As alternativas a seguir apresentam novas redações construídas a partir do período “A aluna Bruna Almeida se considerava uma garota tímida, de poucos amigos”. Apenas uma delas, entretanto, está totalmente correta quanto às regras de ortografia e de acentuação gráfica vigentes. Assinale-a.

(a) A aluna Bruna Almeida se autodenominava uma garota tímida que possuía excêntricos amigos.

(b) A aluna Bruna Almeida se considerava uma garota com timidez e com amigos milionários.

(c) A aluna Bruna Almeida se achava uma garota introvertida e mantém poucas amizades.

(d) A aluna Bruna Almeida se descrevia como uma garota tímida e com poucos amigos a cima de qualquer suspeita.

(e) A aluna Bruna Almeida se dizia uma pre-adolescente tímida e se comprazia com poucos amigos.

Leia o texto seguinte para responder às questões de 07 a 10.

Texto 2- Vida no interior

Casada e com duas filhas menores para cuidar, a delegada Mariza Mendes César, 31 anos, abriu mão de trabalhar na região metropolitana de Goiânia para levar uma vida mais tranquila no interior. Titular de duas delegacias em Uruaçu, cidade no norte goiano (...), a jovem não faz planos, pelo menos por hora, de voltar à Capital, cidade onde nasceu.

Durante o curso de formação da Polícia Civil, em 2009, Mariza ficou entre os primeiros e foi nomeada logo na primeira turma. Podia ter escolhido a Deam de Trindade, a apenas 18 km de Goiânia, que estava vaga na época. Mas preferiu outro rumo, a 280 km da Capital. Uma cidade mais pacata, na qual pudesse ficar mais tempo com a família e ter qualidade de vida.

“Se eu tivesse ido para Trindade, teria de passar boa parte do meu tempo no trânsito, no vai e vem para Goiânia. O trânsito na Capital está muito pesado. Não teria como eu almoçar com minhas filhas nem ficar próxima de casa. Aqui eu levo as crianças na escola, busco, almoço e janto com elas. Estou sempre ao lado delas”, disse Mariza, cujas filhas são Vitória, 10 anos, e Beatriz, de 8.

Ela destaca ainda a questão do plantão. Como a cidade não é grande, ela fica em casa, a poucos quilômetros da delegacia. “Quando recebo qualquer chamado, chego à delegacia em cinco minutos. Se for à noite ou de madrugada, não gasto nem três minutos. Se fosse em Trindade, teria de ficar o tempo todo na delegacia.”

(...)

Mas nem tudo são flores em Uruaçu. É bem verdade que o município raramente registra crimes bárbaros, mas padece com o uso e o tráfico de drogas, principalmente o “crack” – realidade não muito diferente do resto do estado. E as drogas levam a outro problema: furtos e violência doméstica. Situações estas que preocupam bastante a Polícia Civil.

Disponível em: <<http://sindepol.com.br/site/quem-somos/vida-no-interior.html>>. Acesso em: 17 nov. 2015, fragmento, com adaptações.

QUESTÃO 07

Com base na leitura compreensiva do texto, pode-se afirmar que

(a) a realidade encontrada em Uruaçu contrariou totalmente as expectativas de Mariza Mendes sobre a cidade.

(b) a delegada, por enquanto, não faz planos de voltar a Goiânia, pois ocupa dois cargos muito importantes em Uruaçu.

(c) a possibilidade de Mariza ter escolhido trabalhar em Trindade, cidade bastante próxima de Goiânia, só existia porque os seus colegas do curso de formação, provavelmente, optaram por exercer a profissão em outras localidades.

(d) a oportunidade de estar com as filhas durante vários momentos do dia é, para Mariza, a única vantagem de se viver em uma cidade pequena como Uruaçu.

(e) o uso e o tráfico de drogas, especialmente o “crack” em Uruaçu é uma realidade que se contrapõe às vantagens de se viver na cidade listadas pela delegada.

QUESTÃO 08

De acordo com a norma padrão e os elementos que constituem a coesão do texto, assinale a alternativa correta.

(a) No 1º parágrafo, a conjunção destacada em “para levar uma vida mais tranquila no interior.” poderia ser substituída pela locução afim de.

(b) No 2º parágrafo, o pronome destacado em “que estava vaga na época.” retoma o termo “a Deam de Trindade”, por isso poderia ser substituído por a qual.

(c) No 2º parágrafo, o período “Mas preferiu outro rumo, a 280 km da Capital.” é introduzido por uma conjunção adversativa para apresentar uma informação que confirma a expectativa gerada pelo período imediatamente anterior.

(d) No 2º parágrafo, a expressão destacada em “Uma cidade mais pacata, na qual pudesse ficar mais tempo com a família e ter qualidade de vida.” retoma um termo que indica ideia de lugar, por isso poderia ser substituída pelo pronome aonde.

(e) No 3º parágrafo, a conjunção destacada no período “Como a cidade não é grande, ela fica em casa, a poucos quilômetros da delegacia.” estabelece uma relação de comparação entre as orações.

QUESTÃO 09

Tendo como referência as questões gramaticais que envolvem o texto, pode-se dizer que o uso do sinal indicativo de crase

(a) seria inviável, caso o vocábulo destacado na oração “a jovem não faz planos, pelo menos por hora, de voltar à Capital” (1º parágrafo) fosse substituído por Goiânia.

(b) seria facultativo, caso, no lugar de “a apenas 18 km de Goiânia” (2º parágrafo), fosse empregada a redação a distância de apenas 18 km de Goiânia.

(c) seria viável, caso o autor resolvesse substituir o período “Uma cidade mais pacata, na qual pudesse ficar mais tempo com a família e ter qualidade de vida.” (2º parágrafo) pela redação Uma cidade mais pacata, à qual lhe proporcionasse ficar mais tempo com a família e ter qualidade de vida.

(d) inviável, caso a oração “Ela destaca ainda a questão do plantão.” (4º parágrafo) fosse substituída pela redação Ela ainda faz menção aquele plantão.

(e) permaneceria obrigatório, caso fosse introduzido o pronome esta diante do substantivo destacado na oração “chego à delegacia em cinco minutos.”.

QUESTÃO 10

Caso o autor resolvesse empregar o pronome nos como complemento do verbo da oração “E as drogas levam a outro problema”, de acordo com a norma padrão, a nova redação

(a) deveria ser E as drogas levam-nos a outro problema.

(b) deveria ser E as drogas nos levam a outro problema.

(c) tanto poderia ser E as drogas nos levam a outro problema quanto E as drogas levam-nos a outro problema.

(d) deveria ser, na forma negativa, E as drogas não levam-nos a outro problema.

(e) poderia ser E as drogas? Que levem-nos a outro problema!.

Leia o texto seguinte para responder às questões de 11 a 15.

Texto 3- Alunos cultivam horta em escola e mudam hábitos alimentares em GO

Alunos de uma escola municipal de Uruaçu, no norte goiano, fazem questão de cuidar da horta da unidade de ensino. Ao participarem do projeto, eles passaram a conhecer o processo produtivo e ainda mudaram os hábitos alimentares. “Antes eu não gostava, mas agora eu gosto muito, aprendi a comer verdura aqui na escola”, diz o menino Cleiton Silva.

O projeto “Horta Escolar” foi instalado há dez anos. Ao longo deste período, vários estudantes participaram da atividade, que enriquece a merenda e também abastece a mesa de muitos deles. “Eles vêm e aprendem. Eles plantam aqui e levam para casa também para comer porque não precisam comprar”, relata Bruno Silva, que cuida voluntariamente da horta desde o início do projeto.

As turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental se dividem no trabalho, que vai desde o plantio até a colheita dos alimentos. As atividades são desenvolvidas duas vezes por semana.

De acordo com a direção da escola, o cultivo é totalmente orgânico. “Todos aprenderam a se alimentar bem, eles estão comendo algo que eles estão vendo de onde está vindo, algo saudável, que não tem veneno, que não tem nada, é o puro e saudável alimento”, afirma a diretora Maria de Fátima Rosa.

Disponível em: < <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/04/alunos-cultivam-horta-em-escola-e-mudam-habitos-alimentares-em-go.html> >. Acesso em 16 nov. 2015, com adaptações.

QUESTÃO 11

A partir das informações do texto e das relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (a) O texto tem como principal propósito persuadir o leitor a apoiar a “Horta Escolar”, por isso apresenta uma série de benefícios que o projeto trouxe aos alunos.
- (b) A fala do aluno Cleiton Silva respalda a informação veiculada pelo período imediatamente anterior.
- (c) Para expor uma opinião divergente da sua e, assim, apresentar dois pontos de vista distintos sobre o mesmo assunto, o autor cita a fala de Bruno Silva.
- (d) O projeto, que se estende aos alunos do 1º e do 9º ano, vai desde o plantio até a colheita dos alimentos.
- (e) Na fala da diretora, o trecho “algo saudável, que não tem veneno” esclarece o sentido do termo “cultivo”, que foi empregado no período anterior.

QUESTÃO 12

Tendo como referência as regras prescritas pela norma padrão sobre a concordância dos verbos e nomes e o período “Alunos cultivam horta em escola e mudam hábitos alimentares em GO” (título), assinale a alternativa correta.

- (a) Caso o termo “Alunos” fosse substituído pela expressão Grande parte dos alunos, os verbos do período deveriam passar para a 3ª pessoa do singular.
- (b) Se fosse empregada a expressão Mais de um aluno, no lugar do termo “Alunos”, os verbos do período deveriam permanecer na 3ª pessoa do plural.
- (c) O período poderia, se assim desejasse o autor, ser substituído pela redação Em escola de Goiás, é cultivado pelos alunos uma horta que muda os hábitos alimentares.
- (d) Outra redação possível para o período seria Mudam-se os hábitos alimentares dos bastantes alunos que cultivam horta em uma escola de Goiás.
- (e) Se, no lugar de “Alunos”, fosse empregada a expressão Muitos de nós, a nova redação deveria ser Muitos de nós cultivamos horta em escola e mudamos os hábitos alimentares em GO.

QUESTÃO 13

Considerando a preservação do sentido original, o vocábulo destacado em “que cuida voluntariamente da horta desde o início do projeto.”, poderia ser substituído por

- (a) espontaneamente.
- (b) naturalmente.
- (c) a contragosto.
- (d) inteiramente.
- (e) exclusivamente.

QUESTÃO 14

De acordo com a norma padrão e com os elementos que constituem a coesão do trecho “O projeto ‘Horta Escolar’ foi instalado há dez anos. Ao longo deste período, vários estudantes participaram da atividade, que enriquece a merenda e também abastece a mesa de muitos deles.” (2º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- (a) A expressão “deste período” retoma “dez anos”, portanto o vocábulo destacado deveria ser substituído pelo pronome daquele.
- (b) A coerência textual seria preservada, caso o autor reunisse os dois períodos por meio da conjunção porque.
- (c) O pronome relativo “que” relaciona duas orações ao retomar o termo “atividade”, portanto poderia ser substituído por a qual.
- (d) A conjunção “e” funciona como elemento coesivo adversativo, por isso poderia ser substituída por mas.
- (e) Os pronomes “que” e “deles”, para evitar repetições desnecessárias, foram utilizados para retomar, respectivamente, os termos “atividade” e “vários estudantes”; logo, no 1º caso, poderia ter sido empregado onde e, no 2º, a expressão desse estudantes.

QUESTÃO 15

Com base nas regras de acentuação gráfica vigentes e no período “Eles vêm e aprendem.”, pode-se concluir que

- (a) o acento do vocábulo destacado deveria ser mantido, caso o sujeito da oração fosse Ele.
- (b) o autor, caso decidisse substituir o vocábulo destacado pelo verbo ver, deveria empregar a redação Eles vêm e aprendem.
- (c) o autor, caso decidisse substituir o vocábulo destacado pelo verbo manter, deveria empregar a redação Eles mantêm e aprendem.
- (d) o período, se necessário fosse, poderia ser substituído pela redação Ele detem o que aprende.
- (e) o período, se necessário fosse, poderia ser substituído pela redação Eu perdoe e eles têm que aprender a perdoar também.

Leia o texto seguinte para responder às questões de 16 a 20.

Texto 4- Pedro trabalhador

Para o Dia do Trabalho, falo do trabalhador Pedro, um homem especial que sempre pegou no pesado e tem todas as características do homem roceiro. Sua voz é marcante pelo tom arrastado e diferente e sua história de vida retrata a vivência do afrodescendente e do caboclo sertanejo.

Pedro Silva Rocha diz ter 39 anos, mas não tem certeza. Nasceu na fazenda Rio do Peixe, no município de Niquelândia, e hoje mora em Uruaçu-Goiás. O sobrenome não tem nada a ver com seus traços negros e

seu perfil de homem do campo. Silva Rocha é uma família rica e pioneira de Niquelândia, Traíras e Uruaçu.

A explicação para esse sobrenome vem da história do povoamento de Goiás, que, segundo os mais velhos, era comum [haver] empregados com o sobrenome do patrão. Isso porque, quando foi assinada a Lei Áurea, o fazendeiro, para não ficar sem seus serviços, registrava os filhos pequenos dos escravos com seu sobrenome e assim estes podiam permanecer na fazenda trabalhando normalmente. Os avós e bisavós de Pedro, segundo ele, eram escravos.

Pedro é humilde, o que marca é seu modo de andar e o jeito de falar único. Seu trabalho é capinar roças, quintais e diz não sabe fazer outra coisa. Seu traje é sempre uma calça arregaçada acima dos joelhos, um boné virado para trás e uma camisa aberta deixando aparecer a barriga e, quando não está descalço, está com uma velha botina.

Conheci-o quando pedia carona na saída de Uruaçu rumo a Niquelândia (...).

Por Sinvaline. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/pedro-trabalhador>. Acesso em 17 nov. 2015, fragmento, com adaptações.

QUESTÃO 16

Com base na leitura compreensiva do texto e na linguagem utilizada pela autora, pode-se dizer que ela

- (a) cria um personagem para homenagear os trabalhadores no Dia do Trabalho.
- (b) recorre, predominantemente, à narração nos dois primeiros parágrafos.
- (c) assume ser preconceituosa ao declarar que o sobrenome de Pedro não tem qualquer relação com “os seus traços negros e o seu perfil de homem do campo”.
- (d) discorda da estratégia utilizada pelos fazendeiros logo após a assinatura da Lei Áurea.
- (e) reconhece a humildade de Pedro baseando-se, dentre outros aspectos, na consciência que ele aparenta ter das suas limitações, na sua profissão e no modo como se veste.

QUESTÃO 17

Acerca das questões morfosintáticas do período “Sua voz é marcante pelo tom arrastado e diferente e sua história de vida retrata a vivência do afrodescendente e do caboclo sertanejo”, pode-se dizer que

- (a) a 2ª oração funciona como complemento de um termo que compõe a anterior.
- (b) as duas orações estruturam-se em torno de um predicado verbal.
- (c) o termo “pelo tom arrastado e diferente” desempenha o papel de complemento nominal.
- (d) o termo “sua história de vida” funciona como sujeito da oração, sendo que “sua” e “de vida” desempenham a função de adjunto adnominal.
- (e) o verbo “retrata” é transitivo direto e indireto.

QUESTÃO 18

Se, em conformidade com a norma padrão, o verbo destacado em “e sua história de vida retrata a vivência do afrodescendente e do caboclo sertanejo.”, fosse substituído por

- (a) lembrar; a nova redação deveria ser e sua história de vida lembra da vivência do afrodescendente e do caboclo sertanejo.
- (b) preferir; a nova redação deveria ser e sua história de vida prefere a vivência do afrodescendente do que a do caboclo sertanejo.
- (c) divergir; a nova redação deveria ser e sua história de vida diverge com a vivência do afrodescendente e do caboclo sertanejo.

(d) convergir; a nova redação deveria ser e sua história de vida converge para a vivência do afrodescendente e do caboclo sertanejo.

(e) visar; a nova redação deveria ser e sua história de vida visa na vivência do afrodescendente e do caboclo sertanejo.

QUESTÃO 19

Todas as alternativas a seguir apresentam outras redações construídas a partir do período “Seu trabalho é capinar roças, quintais e diz não sabe fazer outra coisa.”. Apenas uma delas, porém, está totalmente correta quanto ao uso da vírgula. Assinale-a.

- (a) Seu trabalho é capinar roças e quintais, uma vez que, diga-se de passagem, diz não sabe fazer outra coisa.
- (b) Portanto seu trabalho é capinar roças, ou quintais, e diz não sabe fazer outra coisa.
- (c) Seu trabalho, segundo ele, é capinar roças, quintais e diz inclusive não saber fazer outra coisa.
- (d) Seu trabalho é capinar roças, e quem sabe quintais, já que ele mesmo diz, que não sabe fazer outra coisa.
- (e) Ele diz não saber fazer outra coisa todavia seu trabalho, rotineiro, é capinar roças e inclusive quintais.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa correta considerando o período “Conheci-o quando pedia carona na saída de Uruaçu rumo a Niquelândia” e a norma padrão da língua portuguesa.

- (a) Caso a autora resolvesse empregar o pronome Eu, a fim de tornar explícito o sujeito da 1ª oração, o pronome “o” deveria obrigatoriamente ser deslocado para antes do verbo.
- (b) Se o pronome me fosse empregado como complemento do verbo “pedia”, a nova redação deveria ser quando pedia-me carona na saída de Uruaçu rumo a Niquelândia.
- (c) No texto original, o uso do sinal indicativo de crase é proibido, porém seria obrigatório na redação quando pedia carona na saída de Uruaçu rumo à inesquecível Niquelândia e facultativo na construção quando pedia carona na saída de Uruaçu com destino à sua cidade natal.
- (d) O uso do sinal indicativo de crase seria totalmente inviável na construção quando pedia carona a direita da saída de Uruaçu rumo aquele lugar encantador.
- (e) A redação Conheci-o de repente quando pedia pseudo-carona na saída de Uruaçu rumo a Niquelândia está totalmente correta quanto à grafia dos vocábulos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

As ações afirmativas concretizam os princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana previstos no ordenamento constitucional brasileiro. Assim, quanto às políticas públicas que estabeleceram quotas socioeconômicas e raciais para o ingresso em universidades públicas, oriundas de ações afirmativas com vista a proteger grupos considerados vulneráveis, é incorreto afirmar a respeito dessas ações afirmativas.

- (a) As ações afirmativas são medidas especiais de políticas públicas e/ou ações privadas de cunho temporário ou não, que pressupõem uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico, de modo que essas medidas aumentem e facilitem o acesso desses grupos, garantindo a igualdade de oportunidade.
- (b) Compensação por erros do passado e promoção da diversidade não são argumentos favoráveis a políticas públicas que se constituem em ações afirmativas.

(c) Um utilitarista clássico avaliaria ações afirmativas perguntando se elas contribuiriam para o incremento de benefícios individuais e sociais, em comparação com eventuais prejuízos que podem decorrer da implantação de tais políticas.

(d) As ações afirmativas são uma forma de discriminação que se justifica do ponto de vista ético, pois visam elevar o status moral de grupos vulneráveis.

(e) Consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional, de compleição física e situação socioeconômica.

QUESTÃO 22

Em sentido amplo, a constituição é um conjunto de normas fundamentais e supremas, podem ser escritas ou não, tal estatuto do poder é responsável pela organização político-jurídica do Estado e o direito constitucional é um dos ramos do Direito Público que estuda a matriz de toda ordem jurídica. Assim, acerca da eficácia das normas constitucionais, analise as proposições e indique a alternativa CORRETA:

I – a eficácia social se verifica na hipótese de a norma vigente, isto é, com potencialidade para regular determinadas relações, ser efetivamente aplicada a casos concretos. Eficácia jurídica, por sua vez, significa que a norma está apta a produzir efeitos na ocorrência de relações concretas; mas já produz efeitos jurídicos na medida em que a sua simples edição resulta na revogação de todas as normas anteriores que com ela conflitam.

II - Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral são aquelas normas da Constituição que, no momento em que esta entra em vigor, estão aptas a produzir todos os seus efeitos, independentemente de norma integrativa infraconstitucional.

III - O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço do empregado depende de lei ordinária regulamentadora em que se traçam os critérios por que se deve nortear o intérprete para fixá-lo. O artigo 7º, inciso XXI, da Constituição da República ao inscrever "nos termos da lei", não se revela autoaplicável, tratando-se de norma constitucional de eficácia contida.

IV - Em sentido jurídico, a Constituição é compreendida de uma perspectiva estritamente formal, apresentando-se como pura norma jurídica, como norma fundamental do Estado e da vida jurídica de um país, paradigma de validade de todo o ordenamento jurídico e instituidor da estrutura primordial desse Estado.

V – De acordo com o Princípio da Unidade, o texto da Constituição deve ser interpretado de forma a evitar antinomias entre suas normas, procurando harmonizar aparentes contradições entre seus princípios. Assim, pode-se afirmar que todas as normas contidas numa Constituição formal têm igual dignidade, não havendo hierarquia entre elas.

(a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.

(b) apenas as alternativas I, II e IV são verdadeiras.

(c) apenas as alternativas II, III e V são verdadeiras.

(d) apenas as alternativas III, IV e V são verdadeiras.

(e) todas as alternativas são verdadeiras.

QUESTÃO 23

Na forma da Constituição Federal, e sobre Finanças Públicas, é correto afirmar que:

I - É através do plano plurianual que ocorre o planejamento estratégico das ações estatais ao longo do prazo, influenciando a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. Assim, pode-se afirmar que passou a ser um instrumento de programação econômica e das ações governamental dada a instabilidade do orçamento anual. Ele define o planejamento das atividades governamentais e seu período é de 4 anos.

II – O plano plurianual inicia-se no segundo ano de mandato e termina no primeiro do mandato subsequente. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

III – As diretrizes orçamentárias destinam-se a formular grandes objetivos e metas de administração para as finanças públicas do Estado, orientando ações executivas voltadas à promoção do bem-estar social e progresso econômico. Objetiva identificar e avaliar projetos de grandes magnitudes e estabelecer parâmetros para a realização das despesas correspondentes. Consiste num planejamento financeiro que traça os rumos para o desenvolvimento do país e norteia a elaboração de programas nacionais, regionais e setoriais.

IV- A lei de diretrizes orçamentárias apresenta um conteúdo voltado ao planejamento operacional do governo. Compreende prioridades e metas da administração pública para o exercício financeiro subsequente. Deve traçar metas e prioridades que deverão constar no plano plurianual, orientando a elaboração da lei orçamentária anual. Deve dispor também sobre alterações na legislação tributária e autorizará aumento de remuneração de servidores, criação de cargos, alteração nas carreiras, bem como admissão e contratação de pessoal a qualquer título.

V – A lei orçamentária anual conterá todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão. Constarão, também, da lei orçamentária anual o Anexo de Metas Fiscais, que conterá as metas definitivamente estabelecidas, e, ainda, o Anexo de Riscos Fiscais.

(a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.

(b) apenas as alternativas I, II e IV são verdadeiras.

(c) apenas as alternativas I, II e V são verdadeiras.

(d) apenas as alternativas III, IV e V são verdadeiras.

(e) todas as alternativas são verdadeiras.

QUESTÃO 24

Os Poderes Administrativos são inerentes à Administração Pública e possuem caráter instrumental, ou seja, são instrumentos de trabalho essenciais para que a Administração possa desempenhar as suas funções atendendo ao interesse público. Os poderes são verdadeiros poderes-deveres, pois a Administração não apenas pode como tem a obrigação de exercê-los. Assim, quanto aos Poderes da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

(a) A prerrogativa de a Administração Pública fazer opções quanto à valoração dos motivos e escolha do objeto, nos limites legais, decorre do Poder Vinculado.

(b) O princípio da presunção de legitimidade impõe ao particular provar o vício ou defeito dos atos administrativos ora questionados.

(c) O poder regulamentar ou normativo é uma das formas de expressão da função normativa do Poder Executivo, cabendo a este editar normas complementares à lei para a sua fiel execução.

(d) O poder de polícia pode ser considerado um conjunto de atribuições concedidas à Administração para disciplinar e restringir, em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais.

(e) O Direito Administrativo possui regime jurídico próprio, consubstanciado, inicialmente, a partir dos princípios da supremacia do interesse público sobre os interesses privados e da indisponibilidade do interesse público.

QUESTÃO 25

Segundo os ensinamentos da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, serviço público é “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público.” Partindo desse pressuposto, analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA:

I – Os serviços de saúde são considerados serviço público, quando prestados diretamente pelo Estado, e atividade econômica, quando explorados por particulares.

II – Nas concessões de serviço público, o Estado pode impor à concessionária a redução da tarifa cobrada dos usuários, a depender das circunstâncias.

III – Não é admissível a figura da encampação prevista na lei de licitações, no regime jurídico das concessões.

IV – Os serviços de segurança privada podem ser corretamente classificados como serviço público impróprio, por serem prestados por empresas privadas e até por particulares.

V – A lei permite que a concessionária de serviço público, sem que isso afaste sua responsabilidade, contrate com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido. Porém, esses contratos serão regidos inteiramente pelo Direito Privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

- (a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- (b) apenas as alternativas I, II e IV são verdadeiras.
- (c) apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- (d) apenas as alternativas II, IV e V são verdadeiras.
- (e) apenas as alternativas I, II e V são verdadeiras.

QUESTÃO 26

Analise os itens a seguir, julgue-os de acordo com o previsto no Código Civil e assinale a alternativa CORRETA:

I – Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça. Nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por culpa, salvo as exceções previstas em lei.

II – A restituição voluntária do objeto empenhado não prova a renúncia do credor à garantia real, apenas a extinção da dívida.

III – O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

IV – Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários advocatícios, independentemente de previsão contratual.

V – A devolução voluntária do título da obrigação, quando por escrito particular, prova desoneração do devedor e seus co-obrigados, mesmo se o credor for incapaz de alienar, e o devedor capaz de adquirir.

- (a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- (b) apenas as alternativas I, II e V são verdadeiras.
- (c) apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- (d) apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- (e) apenas as alternativas II, IV e V são verdadeiras.

QUESTÃO 27

Considerando a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e o disposto na Parte Geral do Código Civil, analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA:

- (a) A responsabilidade civil subjetiva impõe o dever de indenizar sem necessidade da existência de culpa ou dolo do agente, bastando a existência

do dano e o nexo de causalidade.

(b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

(c) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

(d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

(e) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

QUESTÃO 28

Sobre o direito das Obrigações, analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:

I - As obrigações alternativas são aquelas que têm como objeto duas ou mais prestações, o devedor exonera-se cumprindo apenas uma das prestações, e, como regra geral, a escolha da obrigação cabe ao devedor.

II - Nas obrigações facultativas há um único objeto, o devedor tem a faculdade de substituir a prestação devida por outra de natureza diversa, prevista subsidiariamente, o credor não pode exigir o cumprimento da prestação subsidiária, e, caso haja impossibilidade de cumprimento da prestação devida, a obrigação é extinta, resolvendo-se em perdas e danos.

III - Na obrigação de fazer, o credor não é obrigado a aceitar de terceiro a prestação, quando for convencionado que o devedor a faça pessoalmente.

IV - Se a prestação do fato se impossibilitar sem culpa do devedor resolver-se-á a obrigação; se com culpa do devedor, responderá este pelas perdas e danos.

V - No Código Civil, os relativamente incapazes são passíveis de responsabilização civil.

- (a) apenas a alternativa I é verdadeira.
- (b) apenas as alternativas I e III são verdadeiras.
- (c) apenas as alternativas II e III são verdadeiras.
- (d) apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- (e) todas as alternativas são verdadeiras.

QUESTÃO 29

Considerando as normas processuais, analise as assertivas abaixo e marque a opção correta.

I - Genericamente, o princípio do devido processo legal caracteriza-se pelo trinômio vida-liberdade-propriedade, isto é, tem-se o direito de tutela àqueles bens da vida em seu sentido mais amplo e genérico.

II - Existe conexão ou litispendência que justifiquem a atração da competência para o Juízo em que tramitou ação possessória envolvendo o mesmo imóvel, quando já houve o trânsito em julgado da sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito.

III - O depósito de 5% sobre o valor da causa, exigido como condição de procedibilidade para o ajuizamento da ação rescisória, não fere o princípio do direito de ação, pois a lide já foi apreciada pelo Poder Judiciário e sobre ela pesa a autoridade da coisa julgada.

IV - No ordenamento jurídico brasileiro o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional não é adotado de forma absoluta já que o juiz poderá decretar a extinção do processo por carência da ação ou por nulidade processual, não adentrando ao mérito da causa.

V - O princípio da indeclinabilidade garante a todos o acesso ao Poder Judiciário, não podendo este deixar de atender a quem venha deduzir uma pretensão em juízo e pedir uma solução a ela. Nem em caso de lacuna ou obscuridade da lei, pode o juiz escusar-se de proferir decisão.

- (a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- (b) apenas as alternativas I, III e V são verdadeiras.
- (c) apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- (d) apenas as alternativas II, IV e V são verdadeiras.
- (e) apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 30

Quanto aos princípios do contraditório e da ampla defesa analise as assertivas e marque a alternativa correta.

I - O direito ao contraditório estende-se às testemunhas, bem como aos peritos judiciais.

II - Por contraditório deve entender-se, de um lado, a necessidade de dar conhecimento da existência da ação e de todos os atos do processo às partes, e, de outro, a possibilidade de as partes reagirem aos atos que lhe sejam desfavoráveis.

III - O princípio do contraditório assume feições diferentes conforme a natureza do direito deduzido em juízo. Enquanto em sede de direitos indisponíveis o contraditório deve ser real e efetivo, quando se tratar de direitos disponíveis basta que o contraditório tenha sido possibilitado.

IV - A condição mais importante para que se dê validade e eficácia à prova emprestada é sua sujeição às pessoas dos litigantes, cuja consequência primordial é a obediência ao contraditório. Vê-se, portanto, que a prova emprestada do processo realizado entre terceiros é res inter alios e não produz nenhum efeito senão para aquelas partes.

V - O princípio do contraditório e da ampla defesa é próprio do processo civil e do processo penal, contudo não é aplicável ao processo administrativo tendo em vista a natureza inquisitiva deste.

- (a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- (b) apenas as alternativas I, III e V são verdadeiras.
- (c) apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- (d) apenas as alternativas II, IV e V são verdadeiras.
- (e) apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 31

Analise as proposições e marque a alternativa correta:

I – somente tem capacidade para estar em juízo aquele que tem personalidade jurídica.

II – Pela acepção processual do princípio do devido processo legal, para cada espécie de conflito de interesse a lei prevê um procedimento que atenda as peculiaridades da relação jurídica material conflituosa, desta forma, com tal garantia, fica assegurado ao indivíduo o direito de ser processado nos termos da lei, garantindo ainda o contraditório, a ampla defesa, o julgamento imparcial, bem como todos os demais princípios que regem o processo civil.

III – alguns entes despersonalizados têm capacidade processual.

IV – em processo civil, os sujeitos principais do processo são juiz, autor e réu.

V – somente o advogado legalmente habilitado tem capacidade processual.

- (a) somente as proposições I, II e III são verdadeiras.
- (b) somente as proposições III, IV e V são verdadeiras.

- (c) somente as proposições II, III e IV são verdadeiras.
- (d) somente as proposições I, III e IV são verdadeiras.
- (e) somente as proposições II, IV e V são verdadeiras.

QUESTÃO 32

O art. 3º do Código Tributário Nacional define tributo como uma prestação que não constitua sanção de ato ilícito. De tal assertiva podemos afirmar que:

(a) os rendimentos advindos da exploração de lenocínio são tributáveis, porquanto não se confunde a atividade ilícita do contribuinte com o fato tributário de auferir renda.

(b) os rendimentos advindos do jogo do bicho e da exploração do lenocínio não são tributáveis, sujeitando-se, contudo, a pesadas multas em decorrência da prática de atividade ilícita.

(c) os rendimentos advindos do jogo do bicho e da exploração do lenocínio não são tributáveis, em conformidade do que reza o princípio do non olet.

(d) as atividades ilícitas não devem ser tributadas, pois de outro modo o Estado estará locupletando-se com ações que ele mesmo proíbe e, assim, ferindo o princípio da estrita legalidade.

(e) atividades ilícitas como a exploração do lenocínio e do jogo do bicho podem ser tributadas, posto que a sanção de ato ilícito converte-se, pelo simples fato de sua inobservância, em obrigação tributária principal.

QUESTÃO 33

Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

I - Imposto, taxa, preço público e contribuição de interesse de categorias profissionais são espécies tributárias.

II - A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: (a) a denominação e demais características formais adotadas pela lei; (b) a destinação legal do produto da sua arrecadação.

III - Empréstimo compulsório, contribuição de melhoria, contribuição de intervenção no domínio econômico e contribuição para a seguridade social são espécies tributárias.

IV - Contribuição de interesse de categorias econômicas, taxa, imposto e encargo de reparação de guerra são espécies tributárias.

V - A União é quem detém a competência tributária no que toca às contribuições sociais para o financiamento da Seguridade Social.

- (a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- (b) apenas as alternativas II, III e V são verdadeiras.
- (c) apenas as alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- (d) apenas as alternativas II, IV e V são verdadeiras.
- (e) apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 34

A conduta do funcionário público que solicita para si, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica, em tese, o crime de:

- (a) extorsão.
- (b) prevaricação.
- (c) concussão.

(d) corrupção passiva.

(e) excesso de exação.

QUESTÃO 35

Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

(a) Comete o crime de concussão o médico de hospital público que exige de paciente, em razão de sua função, dinheiro para viabilizar o atendimento pelo SUS.

(b) Policial civil que ingressa no depósito de veículos e subtrai uma motocicleta apreendida comete o crime de peculato desvio.

(c) Se um gerente do Banco do Brasil, entidade paraestatal, apropriar-se de dinheiro particular de que tem a posse em razão do cargo, o crime por ele cometido será o de apropriação indébita, uma vez que ele não pode ser considerado funcionário público para fins penais.

(d) No crime de concussão, o ressarcimento do dano é causa de extinção da punibilidade.

(e) João é padrinho de um dos filhos de José e ambos são funcionários públicos lotados no mesmo órgão, que é chefiado por João. Determinado dia, João constatou que José, seu subordinado, cometera infração no exercício do cargo, mas, em face da sua relação de compadrio, atuou de forma indulgente, tendo deixado de responsabilizar José. Nessa situação, João cometeu o delito de advocacia administrativa.

QUESTÃO 36

Admite modalidade culposa o crime de:

(a) desacato.

(b) prevaricação.

(c) peculato.

(d) desobediência.

(e) corrupção passiva.

QUESTÃO 37

Analise as assertivas e marque a alternativa correta:

I. Juiz de ofício ou por provocação da vítima poderá decretar o segredo de justiça para que as informações não passem para a imprensa, protegendo nesse caso a vítima.

II. No inquérito policial prevalece a forma oral, sendo nesse caso reduzidos a termo.

III. Atualmente no inquérito policial é obrigatório a captação de som e imagem.

IV. Em nenhuma hipótese o delegado poderá desistir do inquérito policial, mas pode em determinados casos previsto na lei arquivar o inquérito.

V - No atual sistema brasileiro o MP pode presidir a investigação criminal que conviverá harmonicamente com o inquérito policial.

(a) apenas as alternativas I e III são verdadeiras.

(b) apenas as alternativas II e V são verdadeiras.

(c) apenas as alternativas III e IV são verdadeiras.

(d) apenas as alternativas IV e V são verdadeiras.

(e) apenas as alternativas I e V são verdadeiras.

QUESTÃO 38

Sobre os crimes de ação pública analise as assertivas e marque a alternativa correta:

I. De ofício.

II. Mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

III. O requerimento do ofendido sempre que possível conterá a narração do fato com todas as circunstâncias e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer.

IV. No requerimento deve constar o nome das testemunhas com indicação de profissão e residência.

V. Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

(a) Todas as assertivas são falsas.

(b) Apenas uma alternativa está correta.

(c) Apenas duas alternativas estão corretas.

(d) Apenas quatro alternativas estão corretas.

(e) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 39

Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I - No direito brasileiro, de acordo com o que ocorre em determinados países europeus, os atos administrativos não podem ser controlados pelo Poder Judiciário e, sim, por tribunais administrativos como os tribunais de contas; assim vige o princípio da dualidade da jurisdição.

II - De acordo com a maioria dos doutrinadores pátrios, o regime jurídico-administrativo é construído, fundamentalmente, sobre dois princípios básicos, dos quais os demais decorrem. Seriam estes a indisponibilidade do interesse público pela Administração e a supremacia do interesse público sobre o particular.

III - A Constituição Federal prevê a edição do estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista que explorem atividade econômica. No conteúdo da referida norma jurídica, conforme o texto constitucional, não está previsto dispor sobre forma de distribuição de seus resultados, inclusive para os acionistas minoritários.

IV - As sociedades de economia mista que explorem atividades econômicas vinculam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto a direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, estando sujeitas à falência.

V - Como entidades da Administração Pública Federal Indireta, as autarquias e empresas públicas podem ter em comum, por lhes serem iguais, o foro da Justiça Federal.

(a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.

(b) apenas as alternativas II, III e V são verdadeiras.

(c) apenas as alternativas I, II, III e IV são verdadeiras.

(d) apenas as alternativas IV e V são verdadeiras.

(e) apenas as alternativas I e V são verdadeiras.

QUESTÃO 40

Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I - Não se pode dizer que todos os servidores públicos estejam sujeitos ao princípio da legalidade, na medida em que, para alguns, sua conduta profissional é regida precipuamente por regulamentos, editados pelo Poder Executivo.

II - O princípio da moralidade administrativa se vincula a uma noção de moral jurídica, que não se confunde com a moral comum. Por isso, é pacífico que a ofensa à moral comum não implica também ofensa ao princípio da moralidade

administrativa. De acordo com a maioria dos doutrinadores pátrios, o regime jurídico-administrativo é construído, fundamentalmente, sobre dois princípios básicos, dos quais os demais decorrem. Seriam estes a indisponibilidade do interesse público pela Administração e a supremacia do interesse público sobre o particular.

III - O princípio da impessoalidade relaciona-se ao fim legal previsto para o ato administrativo.

IV - O nepotismo é uma das formas de ofensa aos princípios da impessoalidade e da moralidade na administração pública.

V - a moralidade administrativa é o princípio segundo o qual o Estado define o

desempenho da função administrativa segundo uma ordem ética acordada com os valores sociais prevalentes e voltada à realização de seus fins.

- (a) apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.
- (b) apenas as alternativas II, III e V são verdadeiras.
- (c) apenas as alternativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- (d) apenas as alternativas III, IV e V são verdadeiras.
- (e) apenas as alternativas I e V são verdadeiras.